



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

**PREGÃO ELETRÔNICO – SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE
MÃO DE OBRA**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0982/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2159-0002509-7

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA HABILITAÇÃO
14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DO TERMO DE CONTRATO
17. DO PAGAMENTO
18. DO REAJUSTE
19. DA FONTE DE RECURSOS
20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (a ser preenchida pelo licitante vencedor)

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR (modelo)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (se for o caso)

ANEXO VII – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (se for o caso)

ANEXO VIII – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - CGL

[Licitor conforme Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL - Preâmbulo)] torna público que realizará licitação, **na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo de licitação menor preço**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.191, de 30 de junho de 2009; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto nº 35994 de 25 de maio de 1995; Decreto nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002; Decreto nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto nº 42.434, de 9 de setembro de 2003; Decreto 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto nº 52.768, de 15 de dezembro de 2015; e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa à contratação de prestação de serviços **continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme descrito no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1) e de acordo com as condições especificadas no Termo de Referência (Anexo II), que fará parte do contrato como anexo.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital poderá ser obtido no local ou site referidos no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).
2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1) será aberta sessão pública pelo pregoeiro.
3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

4.1.1. Conforme disposto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1);

4.1.2. consórcio, desde que previsto no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2);

4.1.3. pessoa física que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital.

4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

4.2.1. declarado inidôneo por órgão ou entidade da Administração Pública;

4.2.2. inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS;

4.2.3. com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

4.2.4. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

4.2.5. em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em que familiar exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011;

4.2.6. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

4.2.7. cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável e nestes termos, autorizado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.2.7).

4.3. Não poderá participar desta licitação, ainda que direta ou indiretamente, servidor público da entidade ou do órgão contratante, ou responsável pela licitação.

4.3.1. Para fins do disposto no subitem 4.3, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

4.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

4.6. É permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que apresentem Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atendam às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Conforme disposto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 5).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, conforme preceitua o art. 3º do Decreto nº 42.434/2003.

6.2. O credenciamento será encaminhado através dos *sites* indicados no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1) ou (CGL 2.2).

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.4. O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

7.3. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.3), já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.4. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.4.1. que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

7.4.2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, conforme referido no item 4.2, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.4.3. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

7.5 As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

7.6. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

7.7. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.8. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

- 7.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 7.10. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.11. Será admitida a subcontratação, conforme estabelecido no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.12).
- 7.12. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.13. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.
- 7.14. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.15. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

- 8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2).
- 8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.
- 8.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso de licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

- 10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1).
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.
- 10.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.
- 10.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro.
- 10.6. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 10.7. Os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 10.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

- 10.8.1. No caso de dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 10.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 10.10. Será permitida aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.
- 10.11. A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença estabelecido no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 10.11).
- 10.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital.
- 10.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.14. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 10.15. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.16. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5, se for o caso.

11. DA NEGOCIAÇÃO

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. O licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, acompanhada do Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços, por meio eletrônico - Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), que fará parte do contrato como anexo.
- 12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.
- 12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:
- 12.6.1. não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;
- 12.6.2. apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.6.2);
- 12.6.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade.
- 12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 12.8. A Administração concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 12.8.1. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração.
- 12.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá efetuar diligência, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 12.8.2.1. questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 12.8.2.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 12.8.2.3. verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

- 12.8.2.4. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 12.8.2.5. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
- 12.8.2.6. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 12.8.2.7. estudos setoriais;
- 12.8.2.8. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 12.8.2.9. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços;
- 12.8.2.10. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 12.8.3. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 12.9. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço, considerando previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.9).
- 12.10. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
- 12.11. Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, no prazo mínimo de 01 (uma) hora definido pelo pregoeiro, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

13.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- 13.2.1. cédula de identidade em se tratando de pessoa física;
- 13.2.2. registro comercial, no caso de empresa individual;
- 13.2.3. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 13.2.4. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 13.2.5. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 13.2.6. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais ou ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei federal nº 8.934/1994, quando for o caso.

13.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.3.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 13.3.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.3.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e, independentemente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;
- 13.3.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de pessoa jurídica, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 13.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- 13.4.1. comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

13.4.1.1. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.4.1.2. somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

13.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.5.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado do Anexo II do Decreto nº 36.601/1996 – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante (Anexo VIII deste Edital), ou sua substituição pelo Certificado de Capacidade Financeira de Licitantes emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no *site* www.sisacf.sefaz.rs.gov.br.

13.6. Do Trabalho de Menor:

13.6.1. Para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei federal nº 8.666/1993, declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo V.

13.7. Documentos Complementares para Habilitação:

13.7.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2, CGL 4.2.7 e CGL 13.7.1).

13.8. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e respectivo Anexo, substituem os documentos para habilitação que neles constam, exceto os relativos ao item 13.4 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica.

13.9. A documentação para habilitação e a proposta final assinada e atualizada, em meio físico, deverão ser entregues no endereço disponibilizado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.9), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação por meio eletrônico expedida pelo pregoeiro, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

13.10. Todas as folhas dos documentos para habilitação deverão ser apresentadas em seus originais ou cópias devidamente autenticadas, devendo ser rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.11. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos arrolados no subitem 13.3, exceto subitens 13.3.1 e 13.3.2, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

13.12. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

13.13. Caso o julgamento da habilitação não coincidir com a data da abertura da sessão, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro verificar a sua renovação por meio de consulta a *sites* oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.14. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

13.14.1. se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

13.14.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão requeridos, os documentos para habilitação do licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

13.15. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.16. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, exclusivamente por *e-mail*, disponibilizado no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).

14.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro no endereço indicado no subitem 14.1.

14.2.1. Decairá do direito de impugnação ao Edital o licitante que não se manifestar em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

14.2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.2.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.2.5. Acolhida a impugnação do licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em formulário eletrônico específico, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.3.1. Será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame – Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2), ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3.2. A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

14.4.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

14.4.2. A petição de recurso dirigida à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa – Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2).

14.4.3. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

14.4.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4.5. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2).

14.4.6. O recurso terá efeito suspensivo.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

14.5.1. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão/entidade em que se realiza a licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O adjudicatário terá o prazo previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 16.1), após formalmente convocado, para assinar o contrato.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O prazo de vigência do contrato será o previsto no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 16.4).

16.5. O(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) será(ão) o(s) previsto(s) no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 16.5), quando couber.

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS e ao Cadastro Informativo - CADIN/RS, pelo contratante, para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e neste Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As condições de pagamento são as previstas no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 17.1) e na Cláusula Sexta do contrato, cuja minuta compõe o Anexo IV do presente Edital.

18. DO REAJUSTE

18.1. O contrato será reajustado, conforme disposto na Cláusula Oitava do contrato, cuja minuta compõe o Anexo IV do presente Edital.

19. DA FONTE DE RECURSOS

19.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 19.1).

20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

20.1. O adjudicatário obriga-se a manter situação regular junto ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, conforme disposto na Lei nº 10.697/1996.

20.2. Se a Administração Pública relevar o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações do adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

20.3. O adjudicatário deverá também atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 20.3).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. A garantia de execução do contrato se dará conforme o estabelecido no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

22.1.1. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

22.1.2. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. não mantiver a proposta;

22.1.5. cometer fraude fiscal;

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo.

22.1.6.1. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 93, 94, 95 e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

22.2. A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à Administração.

22.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitem 22.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1. multa de até 10% sobre o valor da sua proposta inicial;

22.3.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos;

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar e de contratar.

22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

22.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.7. As sanções previstas neste item do presente edital não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 30 da Lei federal nº 12.846/2013.

22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

23.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação.

23.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

23.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

23.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. Quaisquer informações, com relação a este Edital, poderão ser obtidas exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, no *e-mail* informado no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).

23.6. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
Preâmbulo	A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS, por intermédio da Central de Licitações – CELIC do Estado do Rio Grande do Sul.
CGL 1.1	Contratação de empresa especializada para execução, em lote único, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e realização de consultas médicas ocupacionais para a FGTAS (Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social), no Estado do Rio Grande do Sul.
CGL 2.1	Local de disponibilização do Edital: Protocolo da Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos - SMARH, na Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, em Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, horário comercial, de segunda a sexta-feira em dias úteis ou no site www.celic.rs.gov.br . E-mail: pregoeiros-celic@smarh.rs.gov.br
CGL 2.2	Endereço eletrônico do ambiente de disputa: www.compras.rs.gov.br
CGL 3.1	Data: 13/11/2018 Horário: 9H
CGL 4.1.1	qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital;
CGL 4.1.2	Será permitida participação de Consórcio: Para fins de habilitação, os Consórcios deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber: a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; b) indicação da empresa líder do consórcio que deverá atender às seguintes condições de liderança: I - responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do consórcio perante o contratante; II - responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins deste Pregão, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados; III - ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio; IV - ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases deste Pregão, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão. c) apresentação dos documentos exigidos no item 13 deste Edital por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	<p>d) impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;</p> <p>e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;</p> <p>f) no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;</p> <p>g) obrigatoriedade de constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados.</p>
<p>CGL 4.2.7</p>	<p>Será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho.</p> <p>Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber:</p> <p>a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;</p> <p>b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, de cada um dos cooperados relacionados;</p> <p>c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;</p> <p>d) registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971;</p> <p>e) comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e</p> <p>f) documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:</p> <p>I - ata de fundação;</p> <p>II - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;</p> <p>III - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;</p> <p>IV - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;</p> <p>V - três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e</p> <p>VI - ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;</p> <p>g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.</p>
<p>CGL 5</p>	<p>5.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social de que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006.</p> <p>5.1.1. A apresentação da Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte na forma eletrônica, dispensa a apresentação da Declaração de enquadramento na forma do Anexo VI.</p> <p>5.2. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006.</p> <p>5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.</p> <p>5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa e a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	<p>de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.</p> <p>5.5. No caso de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.</p> <p>5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.</p> <p>5.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.</p> <p>5.7. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.</p> <p>5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.</p>																																																																					
<p>CGL 7.3</p>	<p>Menor preço global respeitando os valores unitários:</p> <table border="1" data-bbox="368 929 1385 1966"> <thead> <tr> <th colspan="2">ITENS</th> <th>QUANT</th> <th>PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="15">Porto Alegre</td> <td>1 - Exames Clínicos</td> <td>216</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>2 - Consultas ocupacionais rotineiras **</td> <td>69</td> <td>R\$ 54,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">3 - Exames Complementares:</td> </tr> <tr> <td>Audiometria Ocupacional</td> <td>1</td> <td>R\$ 21,00</td> </tr> <tr> <td>Exame Oftalmológico</td> <td>1</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Glicemia de Jejum</td> <td>1</td> <td>R\$ 7,08</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Anti HBs*</td> <td>1</td> <td>R\$ 48,00</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Anti HBC Total*</td> <td>1</td> <td>R\$ 39,60</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Anti HBC IgM*</td> <td>1</td> <td>R\$ 47,52</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. HbsAg*</td> <td>1</td> <td>R\$ 32,42</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Anti HCV*</td> <td>1</td> <td>R\$ 25,92</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Anti HIV*</td> <td>1</td> <td>R\$ 43,92</td> </tr> <tr> <td>ECG – Eletrocardiograma</td> <td>1</td> <td>R\$ 38,40</td> </tr> <tr> <td>EEG – Eletroencefalograma</td> <td>1</td> <td>R\$ 66,00</td> </tr> <tr> <td rowspan="6">Pelotas</td> <td>1 - Exames Clínicos</td> <td>22</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>2 - Consultas ocupacionais rotineiras **</td> <td>1</td> <td>R\$ 54,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">3 - Exames Complementares:</td> </tr> <tr> <td>Audiometria Ocupacional</td> <td>1</td> <td>R\$ 21,00</td> </tr> <tr> <td>Exame Oftalmológico</td> <td>1</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>Ex. Laborat. Glicemia de Jejum</td> <td>1</td> <td>R\$ 7,08</td> </tr> <tr> <td>ECG –</td> <td>1</td> <td>R\$ 38,40</td> </tr> </tbody> </table>	ITENS		QUANT	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	Porto Alegre	1 - Exames Clínicos	216	R\$ 90,00	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	69	R\$ 54,00	3 - Exames Complementares:			Audiometria Ocupacional	1	R\$ 21,00	Exame Oftalmológico	1	R\$ 90,00	Ex. Laborat. Glicemia de Jejum	1	R\$ 7,08	Ex. Laborat. Anti HBs*	1	R\$ 48,00	Ex. Laborat. Anti HBC Total*	1	R\$ 39,60	Ex. Laborat. Anti HBC IgM*	1	R\$ 47,52	Ex. Laborat. HbsAg*	1	R\$ 32,42	Ex. Laborat. Anti HCV*	1	R\$ 25,92	Ex. Laborat. Anti HIV*	1	R\$ 43,92	ECG – Eletrocardiograma	1	R\$ 38,40	EEG – Eletroencefalograma	1	R\$ 66,00	Pelotas	1 - Exames Clínicos	22	R\$ 90,00	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	3 - Exames Complementares:			Audiometria Ocupacional	1	R\$ 21,00	Exame Oftalmológico	1	R\$ 90,00	Ex. Laborat. Glicemia de Jejum	1	R\$ 7,08	ECG –	1	R\$ 38,40
ITENS		QUANT	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO																																																																			
Porto Alegre	1 - Exames Clínicos	216	R\$ 90,00																																																																			
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	69	R\$ 54,00																																																																			
	3 - Exames Complementares:																																																																					
	Audiometria Ocupacional	1	R\$ 21,00																																																																			
	Exame Oftalmológico	1	R\$ 90,00																																																																			
	Ex. Laborat. Glicemia de Jejum	1	R\$ 7,08																																																																			
	Ex. Laborat. Anti HBs*	1	R\$ 48,00																																																																			
	Ex. Laborat. Anti HBC Total*	1	R\$ 39,60																																																																			
	Ex. Laborat. Anti HBC IgM*	1	R\$ 47,52																																																																			
	Ex. Laborat. HbsAg*	1	R\$ 32,42																																																																			
	Ex. Laborat. Anti HCV*	1	R\$ 25,92																																																																			
	Ex. Laborat. Anti HIV*	1	R\$ 43,92																																																																			
	ECG – Eletrocardiograma	1	R\$ 38,40																																																																			
	EEG – Eletroencefalograma	1	R\$ 66,00																																																																			
	Pelotas	1 - Exames Clínicos	22	R\$ 90,00																																																																		
2 - Consultas ocupacionais rotineiras **		1	R\$ 54,00																																																																			
3 - Exames Complementares:																																																																						
Audiometria Ocupacional		1	R\$ 21,00																																																																			
Exame Oftalmológico		1	R\$ 90,00																																																																			
Ex. Laborat. Glicemia de Jejum		1	R\$ 7,08																																																																			
ECG –	1	R\$ 38,40																																																																				

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	Eletrocardiograma			
	EEG – Eletoencefalograma	1	R\$ 66,00	
Alegrete	1 - Exames Clínicos	6	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Alvorada	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Arroio do Meio	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Bagé	1 - Exames Clínicos	8	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Bento Gonçalves	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Caçapava do Sul	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Cachoeira do Sul	1 - Exames Clínicos	5	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Cachoeirinha	1 - Exames Clínicos	5	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Camaquã	1 - Exames Clínicos	8	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Candiota	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Canela	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Canguçu	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Canoas	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Capão da Canoa	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Carazinho	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Caxias do Sul	1 - Exames Clínicos	17	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Cruz Alta	1 - Exames Clínicos	8	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Dom Pedrito	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Erechim	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00	

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Estrela	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Frederico Westphalen	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Gramado	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Gravataí	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Guaíba	1 - Exames Clínicos	9	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Ijuí	1 - Exames Clínicos	5	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Lagoa Vermelha	1 - Exames Clínicos	8	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Lajeado	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Marau	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Montenegro	1 - Exames Clínicos	10	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Nova Petrópolis	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Nova Prata	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Novo Hamburgo	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Osório	1 - Exames Clínicos	6	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Passo Fundo	1 - Exames Clínicos	14	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Rio Grande	1 - Exames Clínicos	9	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Santa Cruz do Sul	1 - Exames Clínicos	8	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Santa Maria	1 - Exames Clínicos	19	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
Santa Rosa	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00	
	2 - Consultas ocupacionais	1	R\$ 54,00	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

		rotineiras **			
Santana do Livramento	1 - Exames Clínicos	7	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Santiago	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Santo Ângelo	1 - Exames Clínicos	9	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Santo Antônio da Patrulha	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
São Borja	1 - Exames Clínicos	2	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
São Francisco de Paula	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
São Jerônimo	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
São Leopoldo	1 - Exames Clínicos	9	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
São Lourenço do Sul	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Sarandi	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Soledade	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Tapejara	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Taquara	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Tenente Portela	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Torres	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Tramandaí	1 - Exames Clínicos	6	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Três de Maio	1 - Exames Clínicos	3	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Uruguaiana	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		
Vacaria	1 - Exames Clínicos	6	R\$ 90,00		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00		

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	Venâncio Aires	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00	
		2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
	Veranópolis	1 - Exames Clínicos	1	R\$ 90,00	
		2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
	Viamão	1 - Exames Clínicos	4	R\$ 90,00	
		2 - Consultas ocupacionais rotineiras **	1	R\$ 54,00	
TOTAL				R\$ 56.032,34	
CGL 7.12	Será permitida a subcontratação. a) Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor total do contrato, conforme descrito no termo de referência. b) A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, devendo a empresa indicada pelo licitante contratado, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como qualificação técnica necessária, nos termos previstos neste Edital. c) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.				
CGL 10.11	Intervalo percentual mínimo entre lances: 0,01%				
CGL 12.6.2	Critério estabelecido no art.43, inc. IV da Lei 8.666/1993 e art. 4º, inc. XI, da Lei 10.520/2002.				
CGL 12.9	Não aplicável.				
CGL 13.7.1	1) Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina, em plena validade. 2) Comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina, detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços. 2.1) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro funcional permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. 2.2) A prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina; 2.3) No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, § 10, da Lei federal nº 8.666/1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. 3) Declaração do licitante de que disporá para a execução do contrato de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação.				
CGL 13.9	Endereço de entrega dos documentos de habilitação/proposta: Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF - Central de Licitações - CELIC - Avenida Borges de Medeiros, 1501 - 2º andar				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	- Porto Alegre/RS.
CGL 16.1	O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato.
CGL 16.4	O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses .
CGL 16.5	A contratada deverá executar os serviços nos municípios relacionados na Tabela 1, item 3, do Termo de Referência.
CGL 17.1	O pagamento deverá ser efetuado mensalmente mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, considerando a demanda requerida pela contratante e os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentada no item 7, Tabela 4, do Anexo II, do Termo de Referência.
CGL 19.1	Fonte de Recursos Orçamentários: Unidade Orçamentária: 59.01 Atividade/Projeto: 4081 Natureza da Despesa – NAD: 3.3.90.39 Recurso: 0001 (na falta, 7000)
CGL 20.3	Atender o previsto no item 8 do Termo de Referência, Anexo II.
CGL 21.1	<p>Será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato</p> <p>a) A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:</p> <p>I - caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>II - Seguro-garantia, desde que contemple todos os eventos indicados no item “k”;</p> <p>III - fiança bancária, conforme modelo contido no Anexo VII.</p> <p>b) O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.</p> <p>b.1) O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do contratante.</p> <p>c) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive dos previstos nos itens “j” e “p”, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).</p> <p>d) O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.</p> <p>e) O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.</p> <p>f) Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à entidade garantidora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao contratado, bem como as decisões finais da instância administrativa.</p> <p>g) A entidade garantidora não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.</p> <p>h) A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.</p> <p>i) A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.</p> <p>j) A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.</p> <p>k) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

<p>I - prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;</p> <p>II - prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;</p> <p>III - as multas moratórias e punitivas aplicadas pelo contratante ao contratado;</p> <p>l) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com atualização monetária.</p> <p>m) No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.</p> <p>n) O contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão do contratado, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.</p> <p>n.1) A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.</p> <p>o) A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.</p> <p>p) Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.</p> <p>q) O contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:</p> <p>I - caso fortuito ou força maior;</p> <p>II - alteração, sem prévia anuência da entidade garantidora, das obrigações contratuais;</p> <p>III - descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;</p> <p>IV - atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.</p> <p>r) Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens III e IV do item anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.</p> <p>s) Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.</p> <p>t) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Edital.</p> <p>u) Será considerada extinta a garantia:</p> <p>I - com a devolução da apólice, título da dívida pública, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;</p> <p>II - no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, exceto quando ocorrer comunicação de sinistros, por parte da Administração, devendo o prazo ser ampliado de acordo com os termos da comunicação.</p> <p>v) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70 da Lei federal nº 8.666/1993.</p>
--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Contratação de empresa especializada para execução, em lote único, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e realização de consultas médicas ocupacionais para a FGTAS (Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social), no Estado do Rio Grande do Sul.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O Decreto-Lei n.º 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), em seu art. 168, determina a obrigatoriedade de realização de exames médicos por conta do empregador. A Portaria MTb-GM 3.214/1978, que regulamentou a norma legal, em sua Norma Regulamentadora (NR) nº 7, estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. De acordo com a NR-7, o Programa deve ser elaborado e coordenado por profissional médico com habilitação em Medicina do Trabalho/Ocupacional.

2.2 A FGTAS já licitou e contratou a empresa que elaborou o PCMSO e que irá coordená-lo. Assim, faz-se necessária a contratação da execução do Programa. Cabe ressaltar que a empresa contratada para a elaboração/coordenação do PCMSO, não poderá participar desta licitação de execução.

2.3 A justificativa para a contratação encontra-se nas obrigações impostas pelas normas legais supracitadas e na inexistência do referido profissional no quadro funcional da FGTAS.

3. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A contratada deverá executar os serviços em todos os municípios onde há empregados da FGTAS. A relação atual dos municípios está na Tabela 1.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

3.2 No caso de abertura e/ou fechamento de Agências, a FGTAS informará imediatamente a contratada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a prestação do serviço na nova localidade.

Tabela 1 – Locais de Prestação dos Serviços:

Local de Prestação dos Serviços	Item/Serviço
Porto Alegre	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras 3 – Execução dos exames complementares previstos no PCMSO
Pelotas	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras 3 - Execução dos exames complementares previstos no PCMSO
Alegrete	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Alvorada	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Arroio do Meio	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Bagé	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Bento Gonçalves	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Caçapava do Sul	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Cachoeira do Sul	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Cachoeirinha	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Camaquã	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Candiota	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Canela	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Canguçu	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Canoas	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Capão da Canoa	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Carazinho	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Caxias do Sul	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Cruz Alta	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Dom Pedrito	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Erechim	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Esteio	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Estrela	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Frederico Westphalen	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Gramado	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Gravataí	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Guaíba	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Ijuí	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Lagoa Vermelha	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Lajeado	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Marau	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Montenegro	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Nova Petrópolis	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Nova Prata	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Novo Hamburgo	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Osório	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Passo Fundo	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Rio Grande	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santa Cruz do Sul	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santa Maria	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santa Rosa	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santana do Livramento	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santiago	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santo Ângelo	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Santo Antônio da Patrulha	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
São Borja	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
São Francisco de Paula	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
São Jerônimo	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
São Leopoldo	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
São Lourenço do Sul	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Sarandi	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Soledade	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Tapejara	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Taquara	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Tenente Portela	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Torres	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Tramandaí	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Três de Maio	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Uruguaiana	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Vacaria	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Venâncio Aires	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Veranópolis	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras
Viamão	1 - Execução dos exames clínicos do PCMSO 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras

3.3 A contratada disponibilizará instalações de atendimento compatíveis com os serviços prestados, em locais de fácil acesso, preferencialmente nas regiões centrais de CADA UM dos municípios supracitados, para facilitar o deslocamento dos servidores. Os locais para atendimento deverão ser adequados às normas sanitárias vigentes, possuir Alvará de Saúde e serem dotados de acessibilidade mínima.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

3.4 Em caso de impossibilidade imperiosa de prestação dos serviços nos locais descritos na Tabela 1, poderá a contratada, mediante prévia autorização da FGTAS, realizar o atendimento em município próximo desde que arque antecipadamente com todos os custos do deslocamento do empregado, inclusive, quando for o caso, com o pagamento de diária conforme tabela aplicada pela Administração Pública para seus servidores, que ficará fazendo parte integrante do Contrato a ser celebrado entre partes, devendo cópias dos documentos comprobatórios ser encaminhados à FGTAS.

4. HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados em dias úteis, entre as 8h e as 18h.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Serviço 1 – Execução dos exames clínicos previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da FGTAS:

A contratada realizará os **exames clínicos** previstos nos exames médicos ocupacionais (admissional, demissional, retorno ao trabalho, mudança de função e periódico) do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da FGTAS, sob coordenação e supervisão técnica do Médico Coordenador do PCMSO, indicado pela FGTAS.

5.2 Serviço 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras:

A contratada, mediante solicitação da FGTAS, deverá realizar consultas médicas ocupacionais visando a atender as demandas abaixo relacionadas:

- 5.2.1** Validação de atestados médicos;
- 5.2.2** Encaminhamentos para benefício previdenciário;
- 5.2.3** Avaliação de acidentes de trabalho;
- 5.2.4** Programas de Saúde Ocupacional desenvolvidos pela Fundação;
- 5.2.5** Outras demandas ocupacionais que necessitem de avaliação médica.

5.3 Serviço 3 – Execução dos exames complementares previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO):

Os exames complementares são previstos apenas para os cargos de Motorista, Telefonista e Enfermeiro, na estimativa anual referida no item 7 e conforme demanda. Os exames abaixo elencados serão realizados somente nos municípios de Porto Alegre e Pelotas.

- 5.3.1** Audiometria Ocupacional
- 5.3.2** Exame Oftalmológico
- 5.3.3** Exames laboratoriais:
 - 5.3.3.1** Glicemia de Jejum
 - 5.3.3.2** Anti HBs;
 - 5.3.3.3** Anti HBC Total;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

5.3.3.4 Anti HBC IgM;

5.3.3.5 HbsAg;

5.3.3.6 Anti HCV;

5.3.3.7 Anti HIV.

5.3.4 ECG – Eletrocardiograma de repouso com laudo;

5.3.5 EEG – Eletroencefalograma em vigília e sono com fotoestimulação.

6. FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços serão realizados mediante demanda da FGTAS ou da Coordenação do PCMSO (previamente autorizada pela FGTAS).

6.2 A empresa contratada emitirá relatórios periodicamente. Para emissão dos relatórios, a contratada deverá manter registros dos atendimentos.

6.2.1 Relatório Anual: A contratada enviará ao Médico Coordenador do PCMSO, uma vez por ano, até o dia 05 de janeiro, os dados referentes aos exames executados no ano civil anterior. Considerar-se-á, para fins de controle de prazo, a data da postagem (se enviados pelos Correios, transportadora ou similar) ou o envio eletrônico (se for o caso). Em caso de divergência quanto à data de envio, caberá à contratada comprovar o envio dentro do prazo estipulado.

6.2.1.1 Caso o contrato seja encerrado antes data supramencionada, a contratada deverá enviar os dados parciais até a data de encerramento do contrato ou em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do contrato.

6.2.2 Relatório Epidemiológico: A contratada preencherá e enviará ao Médico Coordenador o Relatório Epidemiológico – RE – (modelo padronizado no PCMSO) bimestralmente, conforme cronograma, por local de atendimento. O RE deve ser emitido somente se houver atendimentos referentes aos serviços 1, 2 e 3 no período de competência.

6.2.2.1 O RE deve ser assinado pelo responsável técnico do local de atendimento.

6.2.2.2 Deve ser observado o sigilo médico na confecção e envio dos dados.

6.2.2.3 O relatório deve ser enviado até o dia 10 do mês subsequente ao mês de competência.

6.2.2.4 Caso o contrato seja encerrado antes data supramencionada, a contratada deverá enviar os dados parciais até a data de encerramento do contrato ou até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do contrato.

6.2.3 Relatório de Atendimentos: A contratada emitirá o Relatório de Atendimentos – RA, sempre que houver a realização de atendimentos no período de competência. O RA deverá descrever todos os atendimentos ocorridos, contendo: nome do empregado, data do atendimento, tipo de atendimento, local de atendimento e número da autorização.

6.2.3.1 O RA deverá acompanhar a nota fiscal e ser compatível com a mesma.

6.2.4 Cronograma de Entrega dos Relatórios:

Relatório	Periodicidade	Prazo de Entrega
Relatório Anual	Anual	Até 05/01 do ano subsequente ao ano de competência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Relatório Epidemiológico	Bimestral	Até o dia 10 do mês subsequente ao mês de competência.
Relatório de Atendimentos	Mensal	Juntamente com a fatura mensal

6.3 Serviço 1 – Execução dos exames clínicos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

6.3.1 Os exames clínicos previstos no PCMSO serão realizados, em cada um dos municípios citados no item 3.1, por médicos especializados em medicina do trabalho que atendam aos requisitos preconizados no item 4.4.1 da Norma Regulamentadora nº 4 (Portaria GM-MTb 3.214/1978).

6.3.2 Excepcionalmente, nos municípios onde não houver nenhum médico do trabalho, a contratada poderá indicar médicos sem especialização em medicina do trabalho para execução do serviço 1. Estes profissionais deverão possuir, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência na execução de exames médicos ocupacionais.

6.3.3 Para a indicação de profissionais médicos examinadores não especialistas em medicina do trabalho, a contratada deverá comprovar a inexistência de profissional no município através de documentos validado por entidade oficial de representação profissional.

6.3.4 Em cada local de atendimento, a contratada designará, no mínimo, um médico examinador e um substituto, sendo vedada a falta do profissional médico por prazo superior a 10 (dez) dias.

6.3.5 Antes do início do Serviço 1, a contratada deverá enviar relação nominal dos médicos examinadores que executarão os serviços 5.1 e 5.2 em cada um dos municípios mencionados no item 3.1. O “aceite” dos documentos pela FGTAS é condição para a emissão Autorização de Início de Serviço.

6.3.6 A relação mencionada no item anterior deverá estar acompanhada de:

6.3.6.1 Cópias dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos preconizados no item 6.3.1;

6.3.6.2 Dados de contato de cada profissional (endereço, telefones e e-mail);

6.3.6.3 Endereço completo de cada local de atendimento.

6.3.7 A FGTAS reserva-se o direito de solicitar a substituição dos profissionais médicos ou do local de atendimento devendo a contratada promover a efetiva substituição no prazo de até 30 (trinta) dias.

6.3.8 A execução dos exames médicos deverá seguir rigorosamente o preconizado no PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, bem como as orientações do Médico Coordenador do PCMSO. Os modelos de formulários estão padronizados no Programa e é vedada a utilização de outros modelos.

6.3.9 Todos os exames ocupacionais serão agendados e os atendimentos devem iniciar com tolerância máxima de 20 (vinte) minutos.

6.3.10 A demanda de agendamento será proveniente da FGTAS ou da Coordenação do PCMSO. O período entre o agendamento e a efetiva prestação do exame ocupacional deve observar os prazos máximos determinados na Tabela 2:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Tabela 2 – Prazo para agendamento e efetiva prestação de serviços

Exame Ocupacional	Prazo máximo
Admissional	03 dias
Retorno ao Trabalho	03 dias
Periódico	07 dias
Mudança de Função	15 dias
Demissional	05 dias

6.3.11 A cada exame ocupacional será emitido um ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, em conformidade com a legislação pertinente e orientações do PCMSO e do Médico Coordenador.

6.3.12 Os prontuários ocupacionais devem ser enviados ao Médico Coordenador, conforme procedimento previsto no PCMSO.

6.3.13 Para a execução do Serviço 1, se necessária, será permitida a subcontratação, limitada a 60% (sessenta por cento) do valor do contrato, conforme item CGL 7.12 do Anexo I – Folha de Dados, vedada para a execução no município de PORTO ALEGRE.

6.4 Serviço 2 - Consultas médicas ocupacionais rotineiras:

6.4.1 As consultas médicas ocupacionais serão demandadas pela FGTAS ou pela Coordenação do PCMSO e serão previamente agendadas. O atendimento deve ocorrer em todos os municípios listados na Tabela 1.

6.4.2 As consultas ocupacionais serão executadas pelos mesmos profissionais que realizarem o Serviço 1 e deverão ser registradas no Prontuário Ocupacional.

6.4.3 Os acidentes de trabalho serão avaliados em Consultas Ocupacionais. A avaliação deve ser realizada de acordo com as orientações do Médico Coordenador e diretrizes previstas no PCMSO. A contratada executora deverá encaminhar dados referentes ao campo II da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho – em prazo hábil e em conformidade com o Manual de Preenchimento da CAT.

6.4.4 A FGTAS poderá desenvolver programas na área de Saúde Ocupacional podendo envolver avaliações clínicas e acompanhamentos que serão realizados em Consultas Ocupacionais. A dinâmica destes atendimentos será orientada pelo Médico Coordenador.

A FGTAS também poderá requerer a validação de atestados médicos.

6.4.5 Para a execução do Serviço 2, se necessária, será permitida a subcontratação, limitada a 60% (sessenta por cento) do valor do contrato, conforme item CGL 7.12 do Anexo I – Folha de Dados, vedada para a prestação de serviços no município de Porto Alegre.

6.5 Serviço 3 – Execução dos exames complementares previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

Os exames complementares serão realizados somente nos municípios de PORTO ALEGRE e PELOTAS.

6.5.1 Audiometria Ocupacional:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Avaliação audiológica bilateral composta de Audiometria Tonal (via aéreo óssea) – CBHPM-AMB 4.01.03.08-0, Audiometria Vocal com discriminação vocal – CBHPM-AMB* 4.01.03.09-9 e Impedanciometria – CBHPM-AMB* 4.01.03.43-9.

Na execução da Audiometria, deverão ser observados os parâmetros técnicos preconizados na NR-7.

6.5.2 Exame Oftalmológico:

Avaliação oftalmológica bilateral, executada por médico especialista em oftalmologia em consultório devidamente equipado para atendimentos oftalmológicos. Durante o atendimento, deverá ser preenchido, integralmente, o anexo 10 do PCMSO que, sendo encaminhado ao médico examinador, fará parte do Prontuário Ocupacional.

6.5.3 Exames laboratoriais:

6.5.3.1 Glicemia de Jejum – CBHPM-AMB* 4.03.02.04-0

6.5.3.2 Anti HBs – CBHPM-AMB* 4.03.02.04-0

6.5.3.3 Anti HBC Total – CBHPM-AMB* 4.03.06.95-0

6.5.3.4 Anti HBC IgM - CBHPM-AMB* 4.03.06.96-8

6.5.3.5 HbsAg – CBHPM-AMB* 4.03.07.01-8

6.5.3.6 HCV – CBHPM-AMB* 4.03.07.02-6

6.5.3.7 Anti HIV – CBHPM-AMB* 4.03.07.18-2

6.5.4 ECG: Exame de ECG – Eletrocardiograma de repouso com laudo – CBHPM-AMB* 4.01.01.01-4

6.5.5 EEG: Exame EEG – Eletroencefalograma em vigília e sono com fotoestimulação com laudo - CBHPM-AMB* 4.01.03.23-4

* CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos

* AMB – Associação Médica Brasileira

6.6 Os exames complementares devem ser entregues com laudos em duas vias originais e assinadas.

6.7 Para a execução do Serviço 3, se necessária, será permitida a subcontratação, limitada a 60% (sessenta por cento) do valor do contrato, conforme item CGL 7.12 do Anexo I – Folha de Dados, vedada para a prestação de serviços no município de Porto Alegre.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1 A FGTAS possui, atualmente, 579 empregados (540 ativos), podendo haver rotatividade de pessoal.

7.2 A quantidade aproximada de servidores a serem atendidos está apresentada na tabela abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 – Quantidade de empregados por município

Local	ATIVOS	AFASTADOS	TOTAL
Porto Alegre	216	20	236
Pelotas	22	0	22



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Alegrete	6	1	7
Alvorada	1	1	2
Arroio do Meio	2	0	2
Bagé	8	3	11
Bento Gonçalves	7	0	7
Caçapava do Sul	2	0	2
Cachoeira do Sul	5	0	5
Cachoeirinha	5	0	5
Camaquã	8	0	8
Candiota	2	0	2
Canela	2	0	2
Canguçu	3	0	3
Canoas	7	0	7
Capão da Canoa	3	0	3
Carazinho	2	0	2
Caxias do Sul	17	0	17
Cruz Alta	8	0	8
Dom Pedrito	3	1	4
Erechim	4	0	4
Esteio	4	0	4
Estrela	3	0	3
Frederico Westphalen	4	0	4
Gramado	1	0	1
Gravataí	4	1	5
Guaíba	9	0	9
Ijuí	5	1	6
Lagoa Vermelha	8	0	8
Lajeado	7	0	7
Marau	2	2	4
Montenegro	10	1	11
Nova Petrópolis	1	0	1
Nova Prata	3	1	4
Novo Hamburgo	7	1	8
Osório	6	1	7
Passo Fundo	14	1	15
Rio Grande	9	1	10
Santa Cruz do Sul	8	0	8
Santa Maria	19	0	19
Santa Rosa	7	0	7
Santana do Livramento	7	1	8
Santiago	4	0	4
Santo Ângelo	9	0	9
Santo Antônio da Patrulha	2	0	2
São Borja	2	0	2
São Francisco de Paula	1	1	2
São Jerônimo	3	0	3
São Leopoldo	9	0	9
São Lourenço do Sul	1	0	1
Sarandi	1	0	1
Soledade	4	0	4
Tapejara	1	0	1
Taquara	3	0	3
Tenente Portela	1	0	1
Torres	4	0	4
Tramandaí	6	0	6
Três de Maio	3	0	3
Uruguaiana	4	0	4

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Vacaria	6	0	6
Venâncio Aires	1	0	1
Veranópolis	0	1	1
Viamão	4	0	4
Totais	540	39	579

A estimativa de atendimentos, por período de vigência do contrato, está apresentada na tabela a seguir:

Tabela 4: Planilha de Custos e Formação de Preços:

Local de Prestação do Serviço	Item/Serviço	Estimativa anual	Preço de Referência Unitário (R\$)	Preço de Referência Global (R\$)
Porto Alegre	1 - Exames Clínicos	216		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	69		
	3 - Exames Complementares:			
	Audiometria Ocupacional	1		
	Exame Oftalmológico	1		
	Ex. Laborat. Glicemia de Jejum	1		
	Ex. Laborat. Anti HBs*	1		
	Ex. Laborat. Anti HBC Total*	1		
	Ex. Laborat. Anti HBC IgM*	1		
	Ex. Laborat. HbsAg*	1		
	Ex. Laborat. Anti HCV*	1		
	Ex. Laborat. Anti HIV*	1		
	ECG – Eletrocardiograma	1		
	EEG – Eletroencefalograma	1		
	Pelotas	1 - Exames Clínicos	22	
2 - Consultas ocupacionais rotineiras**		1		
3 - Exames Complementares:				
Audiometria Ocupacional		1		
Exame Oftalmológico		1		
Ex. Laborat. Glicemia de Jejum		1		
ECG – Eletrocardiograma		1		
EEG – Eletroencefalograma	1			
Alegrete	1 - Exames Clínicos	6		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Alvorada	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Arroio do Meio	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Bagé	1 - Exames Clínicos	8		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Bento Gonçalves	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Caçapava do Sul	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Cachoeira do Sul	1 - Exames Clínicos	5		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Cachoeirinha	1 - Exames Clínicos	5		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Camaquã	1 - Exames Clínicos	8		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Candiota	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Canela	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Canguçu	1 - Exames Clínicos	3		

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Canoas	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Capão da Canoa	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Carazinho	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Caxias do Sul	1 - Exames Clínicos	17		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Cruz Alta	1 - Exames Clínicos	8		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Dom Pedrito	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Erechim	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Estrela	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Frederico Westphalen	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Gramado	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Gravataí	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Guaíba	1 - Exames Clínicos	9		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Ijuí	1 - Exames Clínicos	5		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Lagoa Vermelha	1 - Exames Clínicos	8		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Lajeado	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Marau	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Montenegro	1 - Exames Clínicos	10		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Nova Petrópolis	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Nova Prata	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Novo Hamburgo	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Osório	1 - Exames Clínicos	6		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Passo Fundo	1 - Exames Clínicos	14		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Rio Grande	1 - Exames Clínicos	9		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santa Cruz do Sul	1 - Exames Clínicos	8		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santa Maria	1 - Exames Clínicos	19		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santa Rosa	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santana do Livramento	1 - Exames Clínicos	7		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santiago	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Santo Ângelo	1 - Exames Clínicos	9		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar - Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre/ RS – Brasil CEP 90119-900 Fone (51) 32881176.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

Santo Antônio da Patrulha	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
São Borja	1 - Exames Clínicos	2		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
São Francisco de Paula	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
São Jerônimo	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
São Leopoldo	1 - Exames Clínicos	9		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
São Lourenço do Sul	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Sarandi	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Soledade	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Tapejara	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Taquara	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Tenente Portela	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Torres	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Tramandaí	1 - Exames Clínicos	6		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Três de Maio	1 - Exames Clínicos	3		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Uruguaiana	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Vacaria	1 - Exames Clínicos	6		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Venâncio Aires	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Veranópolis	1 - Exames Clínicos	1		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Viamão	1 - Exames Clínicos	4		
	2 - Consultas ocupacionais rotineiras**	1		
Total do Preço de Referência Global (R\$)				

* Estes exames somente serão realizados em caso de acidente de trabalho com material biológico.

** As consultas ocupacionais rotineiras têm previsão e limite contratual de 130 (cento e trinta) por ano, podendo ser solicitadas pela contratante em quaisquer dos municípios integrantes da Tabela 1 do TR ou nos que venham a ser incluídos, conforme demanda. Somente haverá pagamento quando realizadas as consultas.

7.3 Em caso de abertura de unidades da FGTAS em municípios diversos dos relacionados na tabela acima, o valor de prestação dos serviços deverá ser compatível aos praticados em locais da mesma região geográfica.

7.4 O documento base do PCMSO poderá ser disponibilizado para consulta, mediante solicitação, através do e-mail materiais@fgtas.rs.gov.br.

7.5 A empresa contratada pela FGTAS para elaboração e coordenação do PCMSO deverá observar o disposto no art. 9º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1 Executar os serviços, observando os prazos e as condições descritas neste Termo de Referência e em sua proposta, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento dos serviços descritos no objeto da licitação.

8.2 Atender as orientações repassadas pela empresa previamente contratada pela FGTAS para a elaboração/coordenação do PCMSO.

8.3 Apresentar estrutura administrativa adequada à realização dos serviços, quadro de pessoal suficiente, qualificado e com treinamento prévio na área de atuação.

8.4 A contratada deverá indicar, antes do início da prestação de serviços, um preposto com autonomia para pronta solução de questões administrativas. Também deve ser indicado um responsável técnico (médico) para cada local de atendimento. O preposto e o responsável técnico deverão ser pessoas naturais distintas.

8.4.1 A FGTAS reserva-se o direito de solicitar a substituição do responsável técnico e/ou preposto. Esta substituição deve ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da solicitação.

8.5 Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a execução.

8.6 Executar os procedimentos de exames/consultas em conformidade com o disposto na Norma Regulamentadora 7.

9. FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

9.1 A contratada fornecerá todos os materiais necessários para a prestação de serviços, incluindo documentos e formulários. A FGTAS não fará a impressão ou remessa postal de quaisquer documentos que são de responsabilidade da contratada.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 prestar todas as informações necessárias à contratada, para a plena execução dos serviços.

10.1 Prestar todas as informações necessárias à contratada, para a plena execução dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nota (1): Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, a serem estabelecidas no Termo de Referência.
Nota (2): Deverá acompanhar esta planilha a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços indicando quantitativo e sua especificação.

	Nº Processo		
	Licitação Nº		
	Dia ___/___/___ às ___:___ horas		
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município(s)		
C	Serviço		
D	Unidade de medida		
E	Quantidade (<u>total</u>) a contratar (em função da unidade de medida)		
F	Nº de meses de execução contratual		
Custo por Unidade de medida – tipos e quantidades			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Unidade de Medida	R\$
-			
-			

Nota(3) A unidade de medida deverá corresponder ao valor básico para a composição dos preços do serviço prestado (mensal/hora trabalhada/ponto de função/emissão de bilhete/desconto concedido/etc.)

I	Tributos (especificar)	%	Valor Mensal
A			
B			
C			

QUADRO RESUMO DO CONTRATO			
Serviço	Valor Mensal por Unidade de Serviço	Quantidade de Unidade de Serviços	Valor mensal do serviço
-			
-			
Valor Mensal do Contrato			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA Nº**

Contrato celebrado entre [Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL – Preâmbulo), sito no(a) (endereço), representado neste ato pelo (nome do representante), doravante denominado CONTRATANTE, e (pessoa física ou jurídica), estabelecida no(a) (endereço), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, representada neste ato por (representante do contratado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominado CONTRATADO, para a prestação dos serviços referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, de que trata o processo administrativo nº, em decorrência do Pregão Eletrônico nº .../... (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de [Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)], que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital.
- 1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1. O preço [total/total estimado/mensal/por unidade demandada] referente à execução dos serviços contratados é de R\$ _____ (_____), de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

- 3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:
[Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 19.1)]
Empenho nº: _____

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1. O prazo de duração do contrato é de [Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 16.4)] meses, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.
- 4.2. A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.
- 4.3. O objeto do contrato será executado no(s) seguinte(s) local(is), quando couber: [Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 16.5)]
- 4.4. O prazo de duração do presente contrato pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
 - 4.4.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 4.4.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço; e
 - 4.4.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
- 4.5. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

- 5.1. [Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1)]

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de dias (prazo máximo é de 30 dias), mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.
- 6.2. [Transcrever as condições estabelecidas no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 17.1)]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.3.1 Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.4. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do Contratado.

6.5. O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.5.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

6.5.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

6.5.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.6. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.7. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6.7.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.7.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.8.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

6.8.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

6.8.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.9. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.10. O contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$

Onde:

R = parcela de reajuste;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

P0 = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no ANEXO II - Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.7. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.

10.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, quando couber;

10.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

10.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.

10.14. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

10.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

10.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.

10.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.

10.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

10.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

10.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

10.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.

10.23. Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.

10.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

12.2.1. apresentar documentação falsa;

12.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

12.2.3. falhar na execução do contrato;

12.2.4. fraudar a execução do contrato;

12.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. cometer fraude fiscal.

12.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:

12.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;

12.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

12.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.

12.5. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

12.6. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.6.1. multa:

12.6.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

- 12.6.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.
- 12.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.7. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.
- 12.9.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver
- 12.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica o contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 12.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do contratante.
- 12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.11. A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.
- 12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.13. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.
- 13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.
- 13.3. O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

- 14.1. É vedado ao contratado:
- 14.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

17.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

17.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 03 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

_____, ____ de _____ de ____.

CONTRATANTE
[Nome da autoridade competente]
[Nome do cargo]

CONTRATADO
[Representante]
[Procurador/cargo]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR (Modelo)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE**

EDITAL Nº

OBJETO:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:

TELEFONE/E-MAIL:

_____ (licitante), por intermédio de seu(sua) representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e titular do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no subitem nº _____ deste Edital, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme o inc. I do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o inc. II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Declara, ainda, que a empresa não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Local e data.

Representante da Empresa
(Assinatura do representante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

**ANEXO VII – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE
EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)**

1. Pela presente, o (a) [nome da instituição fiadora] com sede em [endereço completo], por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em [endereço completo], até o limite de R\$ [valor da garantia] (valor por extenso) para efeito de garantia à execução do contrato nº [número do contrato, formato xx/ano], decorrente do processo licitatório [modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano], firmado entre a afiançada e o(a) [órgão/entidade] para [objeto da licitação].
2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa afiançada, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:
 - a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
 - b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização ao contratado;
 - c) prejuízos diretos causados ao contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
 - d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pelo contratado.
3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).
4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela afiançada, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do [órgão/entidade].
5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.
6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa afiançada será admitida ou invocada por este fiador com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o [órgão/entidade].
7. Obriga-se este fiador, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o [órgão/entidade] se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.
8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta Carta de Fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do(a) [órgão/entidade] qualquer comunicação relativa a inadimplemento da afiançada, ou termo circunstanciado de que a afiançada cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o fiador exonerado da obrigação assumida por força deste documento.
9. Declara, ainda, este fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.
10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC
Processo Administrativo nº 17/2159-0002509-7

ANEXO VIII – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96.		J IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
		NÚMERO	FOLHA
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF			
A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE			
CÓDIGO	NOME DO LICITADOR	NÚMERO	MODALID. DATA
B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE			
CGCMF:	ATIVIDADE PRINCIPAL	CNAE	SE
FIRMA/RAZÃO SOCIAL:		CNPJ	CGC/TE
ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)		NÚMERO	CONJ. CEP
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		TELEFONE	
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:	DATA DO BALANÇO ANUAL	Nº LIVRO DIÁRIO	Nº DO RJC
C IDENTIFICAÇÃO DO CONTABILISTA			
NOME:	CP	Nº DO REGISTRO NO CRC	TELEFONE
ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)		NÚMERO	CONJ. CEP
D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA			
NOME:			Nº DO REGISTRO NO CRC
E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO		F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE	
CONTAS		Em R\$ Mil	ÍNDICE VALOR NOTA PESO NP
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)		1 LIQUIDEZ CORRENTE
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)		
3	ACA - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2 LIQUIDEZ GERAL
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		
5	ATIVO PERMANENTE		3 GRAU DE IMOBILIZAÇÃO
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		
7	PASSIVO CIRCULANTE		4 ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		5 ENDIVIDAMENTO GERAL
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		
11	DESPESAS ANTECIPADAS		NFR NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = Σ NP
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		G RESULTADO DA ANÁLISE
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)		
H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO			
NOME:			MATRÍCULA
I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS			
O representante legal da empresa licitante e o contabilista declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.			
LICITANTE		CONTABILISTA	
LICITADOR			
DATA:	DATA:	DATA:	